



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Hélio Monteiro Castro
Cargo efetivo: Analista de Políticas Sociais
Cargo comissionado: Diretor (CCE 1.15)

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Ciências Sociais
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
Conclusão: 2003

Currículo no Lattes (link): -

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cargo: ATPS

Período: 04/07/2013 **Até:** atual

Descrição: Atuou de 2006 a 2008 no Cadastro Único (cadastramento de povos indígenas e quilombolas) e de 2008 até 2013 na gestão do Programa Bolsa Família (PBF).

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cargo: Agente Administrativo

Período: 28/08/2006 **Até:** 04/04/2013

Descrição: Atuou de 2013 até 2025 na gestão do Programa Bolsa Família (PBF). Entre 2020 e 2022, durante a pandemia do Covid-19, também atuou na implementação e gestão do Auxílio Emergencial.

No Departamento de Benefícios/SENARC/MDS, exerceu a função de Coordenador de Gestão de Benefícios, na área responsável pela gestão PBF.

Desde 2013, dado às necessidades da área, complementou sua experiência de gestão ao instruir-se em linguagem SQL para extrair, cruzar e consolidar informações nos bancos de dados do PBF e do Cadastro Único, assim como outros bancos correlatos.

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

☒ Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

☒ Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

☐ Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

☐ Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

☐ Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

☐ Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.